

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 436 - Brasília, sexta-feira, 4 de abril de 1997



Proposta submetida à Comissão de Assuntos Econômicos institui maior controle no mercado de capitais.
Página 4

Senado aprova projeto contra tortura e ACM envia mensagem ao Presidente

Proposta, que só depende da sanção para virar lei, tipifica essa prática como crime e prevê pena de até 16 anos de prisão. Senadores acreditam em diminuição da violência policial

Formulário do IR tem prazo para publicação

Os senadores aprovaram projeto de lei que determina à Receita Federal a publicação, até 30 de janeiro, dos formulários de declaração do imposto de renda das pessoas físicas e das empresas.

Pelo projeto, caso haja atraso na publicação dos formulários, haverá automaticamente adiamento dos prazos de apresentação das declarações. A Receita Federal terá de dar sempre 60 dias de prazo entre a publicação dos formulários e a data final de entrega das declarações. O projeto, oriundo da Câmara, terá de ser votado novamente pelos deputados, pois recebeu emendas dos senadores.

O plenário do Senado aprovou ontem, por unanimidade, o projeto de lei que tipifica como crime a prática da tortura, física ou mental, prevendo prisão de dois a 16 anos para quem cometer o delito. Após a votação, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, assinou mensagem encaminhando a proposta ao presidente Fernando Henrique Cardoso, para sanção.

- Assino agora mesmo a mensagem ao presidente, mostrando a destreza do Senado ante os atos cometidos em São Paulo que horrorizaram o país - afirmou Antonio Carlos Magalhães. O projeto, votado quarta-feira pela CCJ, foi levado ontem a plenário, a pedido do presidente do Senado.

Durante a discussão do projeto, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que a proposta "é extremamente importante e necessária" e ajudará a conter a violência nas delegacias

brasileiras. O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) anunciou que estava apresentando o projeto que concede à Justiça

Episódio motivou decisão do plenário

O relator do projeto aprovado ontem, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), disse ser "inacreditável que, às vésperas do ano 2000, o Brasil não tenha em lei a tipificação do crime de tortura". Conforme Tebet, o Senado foi impulsionado pelas imagens de policiais de Diadema (SP) espancando e dando tiro em pessoas na entrada de uma favela.

Tebet lembrou que a tortura é punida no Brasil como se fosse lesão corporal. As punições vão de dois a 16 anos de cadeia e, se o torturador for policial, a pena pode ser aumentada em um terço.

comum competência para processar e julgar crimes de tortura praticados por militares.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE), líder do Bloco Oposição, disse que, se o projeto já estivesse em vigor, os militares da Aeronáutica que mandaram os recrutas da Base de Santa Maria (RS) cantar um hino, durante treinamento, que fala de tortura "fácil de fazer", poderiam ser enquadrados por apologia ao crime. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou a apresentação de requerimento ao ministro da Aeronáutica pedindo informações sobre o fato de Santa Maria.

Já a senadora Marina Silva (PT-AC) disse que o crime dos policiais de Diadema não é "fato isolado", citando a tortura cometida pelo delegado de Vila Campinas, perto de Rio Branco (AC), contra um vendedor ambulante.

■ Leia mais sobre o tema na página 2



José Serra

Serra apóia ação de Covas contra PMs

O senador José Serra (PSDB-SP) disse ontem que o governador de São Paulo, Mário Covas, agiu corretamente ao afastar os oficiais responsáveis pelos atos de espancamento, tortura e morte praticados numa favela de Diadema. Para ele, houve uma demanda por demissões na cúpula da segurança paulista, mas o governador acertadamente recusou-se a fazê-las "porque seria uma manobra político-demagógica de caráter publicitário".

O governador Mário Covas tem minha solidariedade pessoal, política e administrativa - assegurou Serra, para quem a violência despropositada de policiais militares paulistas, lamentavelmente, repete-se em todo o país e atinge, na maior parte das ocorrências, a população de baixa renda. Isso, a seu ver, demonstra a impropriedade de julgar os crimes policiais no âmbito dos tribunais militares.

José Serra espera que "a justa indignação" provocada pelas cenas de violência motive a defesa permanente dos direitos humanos e civis da sociedade. Foi com esse objetivo, segundo afirmou, que o governador de São Paulo instituiu o seguro de vida para os policiais do estado e criou a figura do ouvidor para questões de segurança pública.

Na opinião do senador, o ponto de vista mais "equilibrado, sereno e, também, duro" em relação aos fatos ocorridos em Diadema foi expresso pela jornalista Dora Kramer em coluna publicada ontem no *Jornal do Brasil*, da qual solicitou a transcrição nos Anais da Casa.

Simon reconhece papel da TV ao denunciar violência

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse ontem que se a Rede Globo não tivesse transmitido a reportagem sobre a violência de policiais paulistas, em Diadema, nada teria acontecido, nem mesmo o Congresso votado, com urgência, projeto de lei tipificando crimes de tortura.

Motivado por aparte do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), Simon propôs que a Mesa peça cópia de reportagem, da TV Bandeirantes, em que soldados da Aeronáutica marcham bradando palavras de



Pedro Simon

incentivo à tortura. Ele quer que o Senado peça ao ministro da Aeronáutica para se manifestar.

Em aparte, o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) disse que, para evitar a quebra do respeito público, o estilo de tratamento entre autoridades deve ser preservado. Já o senador Abdias do Nascimento (PDT-RJ) ressaltou que a violência policial filmada em São Paulo foi apenas "um momento da série de atos perpetrados contra os afro-brasileiros".

Agenda do Dia

PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa do Senado

COMISSÕES

10h - CPI dos Precatórios

Pauta: Depoimentos dos presidentes da Funcef, José Fernando de Almeida, e da Petros, Francisco Gonzaga de Oliveira; do superintendente do Serpros, José Pingarilho Neto; e do ex-superintendente da Telos, Olival Mantovanele Netto. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho

Previsão dos trabalhos para a próxima semana

Terça-feira (08.04)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária do Senado

Pauta: *PEC nº 64/95 (terceiro dia de discussão em primeiro turno), que uniformiza o prazo prescricional nas ações trabalhistas, tomando-o quinquenal para trabalhadores urbanos e rurais.

Quarta-feira (09.04)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária do Senado

Pauta: *PEC nº 64/95 (quarto dia de discussão em primeiro turno), que uniformiza o prazo prescricional nas ações trabalhistas, tomando-o quinquenal para trabalhadores urbanos e rurais.

Quinta-feira (10.04)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária do Senado

Pauta: Votação em primeiro turno das *PECs nºs 1, 4, 11, 20, 65/95 e 7/97 (tramitam em

conjunto), que tratam da adoção de medidas provisórias; *PEC nº 64/95 (quinto e último dia de discussão em primeiro turno), que uniformiza o prazo prescricional nas ações trabalhistas, tomando-o quinquenal para trabalhadores urbanos e rurais.

COMISSÕES

Segunda-feira (07.04)

10h - CPI dos Precatórios

Pauta: Depoimentos do diretor de operações do Banestado Corretora S.A., Paulo Roberto Gonçalves da Silva; presidente do Banestado Corretora S.A., Carlos Antônio Valente de Castro; dos ex-presidentes do Banestado Corretora S.A., Pedro Ramos e Wilson Mugnaine; do presidente do Banco do Estado do Paraná S.A. e Banestado Leasing S.A., Domingos Tarço Murta Ramalho; ex-presidente do Banestado Leasing S.A., Osvaldo Santos Magalhães; do presidente do Banco Multiplic, Manoel Felix Cintra Neto; do ex-presidente do Banco Multiplic, Antônio José de Almeida Carneiro; do presidente da Caixa Econômica Federal, Sérgio Cutolo dos Santos; da diretora da Caixa Econômica Federal, Sandra Beatriz B. Tavares; do presidente do Banco Bradesco S.A., Lázaro de Mello Brandão, e do vice-presidente-executivo do Banco Bradesco S.A., Ageo Silva. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho

Suplicy solicita explicações à Aeronáutica

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou ontem requerimento dirigido ao ministro da Aeronáutica,



Suplicy

Lélio Viana Lobo, perguntando que providências foram tomadas sobre um episódio envolvendo o comando da Base Aérea de Santa Maria (RS), que considerou "normal" recrutas cantarem um hino que fala de tortura. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, aprovou o requerimento ontem mesmo.

Suplicy informou que a TV Bandeirantes mostrou quarta-feira reportagem em que recrutas cantavam o hino ao mesmo tempo em que caças F-16 faziam manobras. O episódio ocorreu no dia 13 de fevereiro, durante operação de simulação e combate entre as Forças Aéreas do Brasil e dos EUA.

Valadares quer militares na Justiça comum



Valadares

Projeto de lei apresenta-

do ontem, pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), determina que os crimes de tortura cometidos por oficiais e praças das polícias militares dos estados, no exercício das funções de policiamento, serão processados pela Justiça comum, e não pela Justiça militar. Para ele, "a punição exemplar" só poderá ser dada pela Justiça comum, por causa do corporativismo.

O corporativismo da polícia tem contribuído para a impunidade e o acobertamento dos culpados, apesar da barbárie que a imprensa divulga quase que diariamente, provocada por oficiais e praças em todo o Brasil - diz ele.

CPI DOS PRECATÓRIOS

Requião propõe exame nas rolagens de dívidas

Pesquisa sugerida pelo relator da comissão abrange áreas do Banco Central encarregadas de registro e liquidação de títulos. Hoje, deverão ser ouvidos dirigentes de fundos de pensão

Relator tem solidariedade de petistas

Relator da CPI dos Precatórios, Roberto Requião (PMDB-PR) recebeu ontem a visita de representantes do Partido dos Trabalhadores, que foram levar-lhe solidariedade na tarefa de investigação das irregularidades praticadas na compra e venda de títulos públicos. Depois, Requião ficou reunido a sós com o presidente de honra do PT, Luís Inácio Lula da Silva, com quem conversou sobre sucessão presidencial.

Conforme o senador, ele e Lula conversaram sobre um projeto de reconstrução nacional, que garanta a recuperação econômica e a oferta de empregos no país. Requião também disse que poderá ser a pessoa adequada "para iniciar uma negociação entre senadores e deputados sobre essa possibilidade". Ao relatar a conversa, Lula afirmou que Requião "despontou como uma importante liderança nacional, sendo lastimável que setores do próprio PMDB tentem abafar essa liderança".

Requião disse também que a reunião realizada na noite de quarta-feira pela CPI dos Precatórios com o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, "reforçou a comissão e o relator". Afirmou, ainda, que qualquer quebra de sigilo bancário passará agora por suas mãos, antes de ser submetida à deliberação do plenário da comissão. E comentou: "Nós notamos que o Senado está fechado em torno da CPI e ela tem o consenso de todos os senadores".



Antonio Carlos recebe o presidente de honra do PT

ACM garante a Lula que apuração vai até o fim

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, assegurou ao presidente de honra do PT, Luís Inácio Lula da Silva, que não permitirá qualquer interferência indevida no trabalho da CPI dos Precatórios. Lula foi recebido em audiência na tarde de ontem, acompanhado pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), José Eduardo Dutra (PT-SE), Marina Silva (PT-AC) e Lauro Campos (PT-DF).

- O que nós ouvimos do presidente foi que a CPI vai funcionar, vai cumprir

seu papel, vai apurar os fatos, até porque, no entender dele, se a comissão não funcionar corretamente, quem fica desmoralizado é o Senado, e ele não vai permitir que isto aconteça no seu mandato - disse o visitante ao final do encontro.

Lula disse que a preocupação do PT é de "garantir que a CPI seja preservada", e surgiu com a divulgação de "rumores pela imprensa", referindo-se a uma possível "intervenção branca" para evitar o aprofundamento das investigações.

Em reunião prevista para hoje às 10h, quando serão ouvidos dirigentes de quatro fundos de pensão, o relator da CPI dos Precatórios, Roberto Requião (PMDB-PR), vai solicitar a realização de uma pesquisa na Celic (Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos) e na Cetip (Central de Registro de Títulos Públicos e Privados) sobre todos os papéis emitidos nas dez últimas rolagens de dívidas aprovadas pelo Senado. Se forem constatadas irregularidades nestas últimas emissões, o senador disse que poderá propor a ampliação das investigações da CPI para todos os títulos públicos.

Antecipando o que indagará dos dirigentes de bancos e fundos de pensão que deporão na CPI, ele disse que deseja saber quais as providências que eles tomaram contra os funcionários que compraram papéis no mercado secundário, quando poderiam ter comprado diretamente na emissão por estados e municípios.

Requião anunciou também que, terça-feira, a CPI ouvirá os ex-funcionários da prefeitura de São Paulo, Maria Helena Cella, Pedro Neiva e Nivaldo Furtado Almeida. Ouvirá também o chefe do Departamento da Dívida Pública do Banco Central, Jairo da Cruz Ferreira.

Outra informação de Requião: caso o presidente da CPI, Bernardo Cabral, deseje, será colocado em votação requerimento dos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Wilson Kleinübing (PFL-SC) para a quebra do sigilo bancário de todos os secretários da Fazenda de estados e municípios que emitiram títulos para pagamento de precatórios entre 1995 e 1996.

TV Senado transmite ao vivo

A TV Senado e a Rádio Senado FM - 91.7 transmitem ao vivo, a partir das 10h de hoje, a reunião da CPI dos Precatórios que ouvirá os depoimentos de dirigentes de fundos de pensão.

Ligue gratuitamente para 0800-614455 e saiba o que acontece no Senado



Os membros da comissão aprovaram também autorizações de crédito solicitadas pelo Executivo

Comissão de Assuntos Econômicos aprova mudanças na Lei das S/A

Proposta de José Serra tem o objetivo, entre outros, de facilitar a abertura do capital pelas empresas e dar garantia a acionistas minoritários

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) aprovou ontem parecer favorável do senador José Serra (PSDB-SP) a projeto de lei da Câmara que modifica a Lei das Sociedades Anônimas e torna mais eficaz a atuação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) na fiscalização, controle e atuação de infrações do mercado de capitais.

Para José Serra, que também preside a CAE, a proposta tem o objetivo de facilitar a abertura do capital pelas empresas e reforçar os direitos dos acionistas minoritários, especialmente os sem voto ou com voto restrito. Na opinião dele, a proposição leva em conta a necessidade de reestruturação das empresas brasileiras, tendo em vista a forte e recente abertura

da economia nacional.

Entre as modificações introduzidas, José Serra destaca a possibilidade de os acionistas preferenciais passarem a ter competência para a convocação da assembleia geral e da assembleia do conselho fiscal. Ele entende que a aprovação da matéria é o primeiro passo para a reformulação mais ampla na Lei das S.A. A proposição, agora, será apreciada pelo plenário.

CRÉDITOS

A CAE aprovou, ainda, parecer favorável do senador Ramez Tebet (PSDB-MS) à mensagem do presidente da República que solicita autorização do Senado para contratar operação de crédito externo no valor de US\$ 300 milhões, junto ao Export Import Bank do Ja-

pão. De acordo com o parecer, os recursos da operação serão empregadas para financiar o Programa de Crédito Multisetorial, por meio do BNDES.

O senador Waldeck Ornelas relatou mensagem também acolhida pela CAE, na qual o Executivo encaminha pedido de autorização para o governo da Bahia contratar empréstimo no valor de US\$ 100 milhões junto ao Banco Mundial (BIRD). Conforme Ornelas, esses valores serão empregados em projetos de modernização administrativa, planejamento urbano, capacitação de recursos humanos, habitação, saneamento básico, abastecimento, manutenção urbana e controle do meio ambiente, num período de cinco anos.

Josaphat condena MP que trata de matéria processual

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) foi ontem à tribuna "para condenar" a medida provisória 1570, de 26 de



Josaphat

março último, que desobriga o governo de fazer pagamentos determinados pela Justiça quando julgados em liminares. Ele alertou o Congresso para que rejeite todas as medidas provisórias que tratem de matéria processual.

- Todas as medidas provisórias editadas sobre matéria de natureza processual foram fulminadas pelo Congresso Nacional. Não obstante isso, o governo repete o seu procedimento afrontoso da ordem institucional, malferindo a Constituição, limitando a competência do Poder Judiciário quanto à concessão de garantias antecipadas ou de liminares - disse, acrescentando que o governo não poderia ignorar essa situação.

Josaphat Marinho lembrou que o ministro da Justiça, Nelson Jobim, não subscreveu essa MP. Na sua opinião, isso se deve ao fato de o ministro, quando deputado, ter opinado na Câmara pela inaceitabilidade de medida provisória para regular matéria de natureza processual. E indagou: "Onde está o poder do presidente da República de delimitar competência de juiz por medida provisória?" O senador advertiu, também, que o Congresso não pode conceder delegação ao Poder Executivo para legislar sobre organização do Poder Judiciário.

Em aparte, o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) falou do "poder absolutamente autoritário, típico do presidencialismo", de renovar medida provisória não votada. Ele reportou-se também ao veto, a seu ver "prova cabal da ditadura do Poder Executivo nos sistemas presidencialistas, embora legal".

CAE também acolhe parecer de Jonas sobre a Lei dos Cultivares

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) aprovou ontem parecer favorável do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) ao projeto de lei da Câmara que estabelece legislação para defender os direitos autorais dos pesquisadores agrícolas, produtores ou profissionais especializados na melhoria de sementes, sejam pessoas físicas ou jurídicas, que estejam desenvolvendo variedades novas

e mais eficientes de vegetais no país. Trata-se da chamada Lei de Cultivares.

O presidente da CAE, José Serra (PSDB-SP), afirmou que o parecer está sintonizado com "o interesse nacional". Jonas Pinheiro, por sua vez, disse que a aprovação da matéria dará ao país "um instrumento eficiente para intensificar a produção de alimentos", ampliando a atividade pública e privada de aperfeiçoamento da estrutura dos vegetais.

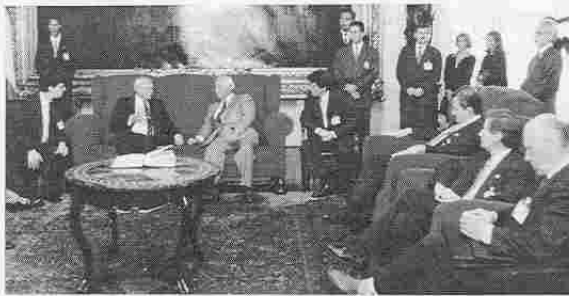
Osmar Dias (PSDB-PR), que apresentou emenda acolhida pelo relator, disse ser a aprovação do projeto a melhor maneira de o Brasil proteger seu acervo de vegetais melhorados. Conforme esclareceu, estudos promovidos por entidades internacionais admitem que até o ano 2020 a humanidade terá oito bilhões de habitantes e precisará produzir seis bilhões de toneladas de alimentos, quase o dobro da produção atual.

Antonio Carlos recebe presidente húngaro

O esforço do país europeu em superar traumas da guerra e da subsequente ditadura nele instalada foi um dos temas do encontro, que tratou ainda do intercâmbio com o Brasil

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu na manhã de ontem o presidente da Hungria, Árpád Göncz, com quem trocou impressões a respeito do esforço daquele país para superar os traumas tanto da Grande Guerra como da subsequente ditadura instalada pelos regimes de partido único em toda a Europa Oriental.

Árpád Göncz disse que as crianças húngaras nascidas desde os últimos seis anos comporão "a primeira gera-



Árpád Göncz, o dirigente húngaro, e o presidente do Senado

ção de democratas" no seu país. Antonio Carlos Magalhães, por sua vez, afirmou

que "a melhor forma de se esquecer o passado é construir um futuro melhor." Ele

ressaltou a importância de se estimularem os intercâmbios entre o Brasil e a Hungria.

O presidente do Senado destacou, ainda, o esforço desenvolvido pelo Congresso brasileiro para elevar a eficiência e a qualidade dos trabalhos de sua responsabilidade, com vistas a aumentar o poder e a autoridade da instituição.

Os senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e Romeu Tuma (PFL-SP) acompanharam o encontro.

Pelé vem pedir apoio para o programa Esporte Solidário

O ministro extraordinário dos Esportes, Edson Arantes do Nascimento (Pelé), ao ser recebido em audiência na tarde de ontem pelo presidente do Senado, Antonio Carlos



Antonio Carlos recebe ministro dos Esportes

Magalhães, pediu apoio para a ampliação dos recursos orçamentários destinados ao programa "Esporte Solidário", cujo objetivo é a diminuição da delinquência infanto-juvenil.

- Este programa é o caminho para tirar as crianças da rua, da droga e da criminalidade - afirmou.

Pelé disse que o "Esporte Solidário" já conta com dois exemplos eloquentes de sucesso, comprovados por pesquisas demonstrando a queda da criminalidade entre crianças e adolescentes de duas comunidades atendidas pelo programa no Rio de Janeiro. No morro da Mangueira, os índices baixaram para quase zero; já na Baixada Fluminense, em menos de dois

anos de atuação do "Esporte Solidário", a queda foi de 80%.

O ministro também tratou com Antonio Carlos Magalhães de projeto da Lei do Passe, que está elaborando para ser encaminhado ao Congresso dentro de um mês e meio, com o objetivo de "reverter a situação caótica do futebol no Brasil".

PRÊMIO NOBEL

Sobre a possibilidade de ser indicado pelo diretor-geral da Unesco, Federico Mayor, para Prêmio Nobel da Paz, pelo seu trabalho com as crianças carentes do Brasil, Pelé afirmou: "É uma honraria muito grande, mas eu preferia que fazer o bem ao próximo fosse uma coisa natural, sem precisar de prêmio".

Parlamentares russos buscam aproximação com o Brasil

A missão parlamentar russa que está visitando o país, liderada pelo vice-presidente da Duma (Câmara dos Deputados), Artur Nikolaievitch, foi recebida ontem pelo presidente do Senado,



Parlamentares russos no encontro com ACM

Antonio Carlos Magalhães. Durante o encontro, os visitantes manifestaram o interesse do Parlamento do seu país em estreitar contatos e relações com o Brasil.

Antonio Carlos ressaltou a importância de o Brasil e a Rússia elevarem seu relacionamento de modo a encontrarem soluções para problemas comuns.

Nikolaievitch pediu a ajuda do

presidente do Senado para o encontro do grupo com o vice-presidente da República. De imediato, Antonio Carlos buscou contato com Marco Maciel, que marcou a entrevista para as 18h de ontem.

Presentes ao encontro, os senadores Mauro Miranda (PMDB-GO) e José Bianco (PFL-RO).

Empresários querem urgência na apreciação de reformas

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem, ao receber representantes do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos, que as reformas constitucionais alcançarão avanços importantes ao longo deste ano. Os empresários vieram trazer apelo no sen-



Membros do conselho com Antonio Carlos

tido de o Congresso apreciar com urgência as reformas administrativa, fiscal e tributária.

Exame oral em concurso público



Campos

O senador Júlio Campos (PFL-MT) explicou ontem que o projeto por ele apresentado esta semana sobre concursos públicos visa a regulamentar a realização de exames orais nesses processos de seleção. Campos disse que a proposta significa mais um avanço no sentido da moralização e do aprimoramento do serviço público.

Jucá condena o nepotismo

O senador Romero Jucá (PFL-RR) apoiou ontem reclamação do Ministério Público de Roraima contra decisão do Tribunal



Jucá

de Justiça do estado, suspendendo determinação judicial que permite demitir parentes de desembargadores e ordena a devolução dos salários já pagos aos cofres públicos. A reclamação, assinada pelo procurador-geral e pelo promotor de Justiça de Roraima, foi encaminhada ontem ao Supremo.

Via Internet, as notícias do Senado

Desde ontem, a Agência Senado está transmitindo seu noticiário em tempo real na Internet. Os usuários que conectarem o endereço do Senado - <http://www.senado.gov.br> -, na rede, terão acesso a *flashes* de informações dos acontecimentos da Casa, além de amplo noticiário produzido pela Agência.

Para acessar esse serviço na Internet, o usuário deve entrar no endereço e depois clicar no *site* da Agência Senado, que também transmite noticiário via *Datafax*.

Reforma começa com redução de impostos, defende Ronaldo

Pronunciamento do senador, que tem pressa nas mudanças, recebe o apoio de Mauro Miranda, Ney Suassuna, Valmir Campelo e José Alves

A necessidade de redução do número de impostos e contribuições sociais foi apresentada ontem, em discurso, por Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) como a primeira exigência para a reforma tributária no país. Para o senador, a proposta nesse sentido, de iniciativa do governo federal, "é tímida porque, ape-



Ronaldo

sar de extinguir o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), mantém toda a atual parafernália de impostos".

Ronaldo sugeriu a desoneração dos produtos da cesta básica e a adoção da proposta de autoria do então senador Fernando Henrique Cardoso que cria o imposto sobre as grandes for-

tunas em 8%, seja aumentada para a faixa dos 25%.

Em aparte, Mauro Miranda (PMDB-GO) disse que a reforma tributária vai permitir uma distribuição de recursos mais justa para os estados e regiões periféricas. Já Ney Suassuna (PMDB-PB) defendeu urgência na implantação da reforma. Valmir Campelo (PTB-DF) e José Alves também concordaram com Suassuna.

Freitas defende reajuste para funcionário público

O senador Freitas Neto (PFL-PI) pediu ontem a concessão de reajuste nos salários do funcionalismo público federal, há 27 meses sem aumento. Segundo disse, qualquer tipo de correção atenuará a perda salarial de 37% sofrida pelos servidores, equivalente à inflação no mesmo período.

Ele lembrou que enquanto o setor privado concedeu reajustes, inclusive aumentos re-



Freitas

ais de salário, "no setor público a relação entre patrão e empregado permaneceu engessada". Para Freitas Neto, a austeridade financeira do governo está atingindo a qualidade do serviço público. "A onda de aposentadorias e a fuga de funcionários qualificados representam um custo que ultrapassa o volume de recursos necessários a uma correção salarial", disse.

Jonas anuncia inauguração de corredor de transportes

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) disse ontem que, nos próximos dias 11 e 12, será inaugurado o novo corredor de transportes da hidrovia Madeira-Amazonas. O ato contará com a presença do presidente da República que, segundo o senador, dia 11 estará em Porto Velho e no dia seguinte em Itacoatiara (AM).

O novo corredor de transporte



Jonas

aproveitará o potencial hidroviário dos rios Madeira e Amazonas, com a conseqüente redução do transporte rodoviário. A produção será escoada por rodovias até Porto Velho, de onde, em barcaças, percorrerá cerca de 1.270 quilômetros até Itacoatiara, quando será enviada ao exterior em navios de maior calado.

Alves prevê fracasso de assentamento

O senador José Alves (PFL-SE) afirmou ontem esperar que o governador de Sergipe, Albano Franco, "retorne



José Alves

ao caminho certo" e reveja o protocolo de intenções, firmado com o governo federal no último dia 25, para assentar trabalhadores sem-terra no projeto de irrigação Jacaré-Curituba.

- Se esse protocolo se transformar em realidade, Sergipe será palco de mais um projeto fracassado - garantiu. Conforme José Alves, o Movimento Sem-Terra (MST) invadiu uma área de 4 mil hectares irrigáveis, destinada ao projeto que foi concebido para utilizar tecnologia avançada em fruticultura. A partir daí o movimento vem exercendo a pressão que culminou na assinatura do protocolo.

Josaphat Marinho (PFL-BA), em aparte, salientou que a reforma agrária tem uma dimensão social que não se restringe ao mero assentamento de trabalhadores rurais.



Presidida por Nabor Júnior, a comissão debateu ontem alternativas para a região amazônica

Comissão da Amazônia analisa nova tecnologia para a borracha

Projeto do Laboratório de Tecnologia Química da Universidade de Brasília dispensa uso de poluente no processo de aproveitamento do látex

Uma nova alternativa para a retomada do crescimento da produção e exportação da borracha natural foi apresentada ontem pelo professor Floriano Pastore Júnior à Comissão Temporária do Senado destinada a definir política para o desenvolvimento econômico e social da Amazônia, presidida pelo senador Nabor Júnior (PMDB-AC).

Trata-se do Projeto Nonwood - do Laboratório de

Tecnologia Química da Universidade de Brasília (UnB) -, o qual introduz, para o aproveitamento do látex, tecnologia que além de dispensar o uso de poluentes resulta em maior qualidade do produto final.

PROJETO CABOCLO

A comissão também ouviu exposição do pastor Washington de Souza, que é representante da Associação Cristã de Pesquisa e Preservação do Meio

Ambiente (Apen), com sede na Holanda, e um dos coordenadores do Projeto Caboclo, do ex-senador Darcy Ribeiro.

Washington de Souza abordou a preocupação de países europeus com o futuro da Amazônia e informou que a Apen pretende implantar cerca de 3.500 micropojos de desenvolvimento na região, em cinco anos. Ele informou que o conselho da instituição aprovou por unanimidade a proposta de Darcy Ribeiro.

Para Ademir, é hora de colocar idéias em prática

Ademir Andrade (PSB-PA) disse ontem que a Comissão Temporária destinada a definir políticas desenvolvimentistas para a Amazônia, da qual é relator, tem que trabalhar no sentido de convencer o governo a adotar uma "política orçamentária do poder público", para viabilizar projetos de desenvolvimento sustentado da Amazônia.

Ao referir-se ao Projeto Nonwood, que foi tema de debate na comissão, Ademir afirmou que a cada reunião do órgão se conhecem mais

idéias e alternativas para os problemas da Amazônia, "mas falta a prática de implantação dos projetos".

Nabor Júnior (PMDB-AC) defendeu a necessidade de o Executivo, através do órgão responsável, submeter a testes de qualidade a borracha produzida pelo método desenvolvido na UnB, visando a emissão de um selo internacional garantindo a qualidade do produto brasileiro.

Marina Silva (PT-AC) disse que a idéia de Pastore Júnior "é uma esperança", e sa-

lientou que o projeto irá promover a articulação direta entre seringueiros e indústrias. Ela destacou, a propósito, as conquistas conseguidas junto ao governo federal pelos seringueiros que estiveram mobilizados em Brasília entre 3 e 4 de março. Entre essas conquistas, Marina citou o financiamento do *Kit Colocação* - equipamentos necessários à retomada do trabalho da categoria -, e o fornecimento de cestas básicas para suas famílias, durante três meses.

Odacir rejeita a esterilização

Argumentando que não existem mais riscos de uma explosão demográfica no Brasil e "o que agora nos deve inquietar é o acelerado envelhecimento da população brasileira", Odacir Soares (PFL-RO) manifestou-se contra a esterilização gratuita de homens e mulheres no país.

Ao referir-se ao projeto de Carlos Patrocínio (PFL-TO), que prevê a medida, Odacir disse que a esterilização não é a melhor maneira de se reduzir o número de abortos no Brasil.

Parga teme que agência seja fechada



Parga

O senador Bello Parga (PFL-MA) pediu ontem aos senadores de Minas Gerais que transmitam ao governador Eduardo

Azeredo e a outras autoridades do estado a preocupação da população de São Luís com as notícias do fechamento de uma agência do Bemge na capital maranhense. Parga leu o texto da Câmara de São Luís assegurando que a agência "sempre apresentou rentabilidade".

Suassuna não aceita barracas na Esplanada

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) solicitou ontem à Mesa do Senado providências contra a instalação de barracas no gramado em frente ao Congresso. Segundo ele, não se trata de esconder a miséria, mas é inaceitável que, em plena Esplanada dos Ministérios, o ocupante de uma barraca tenha resolvido, conforme o senador constatou, lavar roupas e pendurá-las num varal.



Suassuna



Odacir



Abdias Nascimento

Abdias lamenta "discriminação" no Regimento

O senador Abdias Nascimento (PDT-RJ) reclamou ontem do Regimento do Senado, que, segundo afirmou, "tem sido impiedoso" com ele. O senador disse que tem sido difícil "falar, dizer a palavra, as angústias e o clamor da população afro-brasileira porque o Regimento não tem permitido que ele se manifeste como desejaria".

Na presidência da sessão, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) esclareceu que "a norma regimental se aplica a todos os senadores, sejam eles representantes de uma comunidade afro-brasileira, como diz ser o senador Abdias Nascimento, sejam eles representantes apenas dos partidos pelos quais foram eleitos".

Melo observou que "todos os senadores, representantes dos estados que constituem a Federação brasileira, estão sujeitos às normas do regimento da Casa".



Machado afirmou que, na prática, o voto facultativo está instituído no Brasil há muito tempo

Comissão aprova voto facultativo no Brasil

O parecer aprovado, do senador Sérgio Machado, garante que o amadurecimento democrático do país justifica a não-obrigatoriedade

Por 6 votos a 2, a Comissão Especial da Reforma Político-Partidária, presidida pelo senador Humberto Lucena (PMDB-PB), aprovou ontem a instituição do voto facultativo no Brasil, acolhendo proposta do relator, senador Sérgio Machado (PSDB-CE). O texto mantém a obrigatoriedade do alistamento eleitoral, mas será ainda votado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, antes de ir a plenário.

Sérgio Machado disse que, na prática, há muito que o voto é facultativo no Brasil, pois sempre os eleitores faltosos são liberados de multa, por sucessivas anistias. O relator observou que não se conhece quem tenha sido punido por ter deixado de votar. "Vivemos uma ficção", frisou.

Machado afirmou que a obrigatoriedade do voto não serviu para promover a educação nem para ampliar "a questão da democracia", e lembrou que muita gente comparece às urnas, mas não exerce o direito de eleger seus representantes. Acrescentou que, o voto facultativo se justifica com o amadurecimento democrático verificado no Brasil.

Os senadores Leomar Quintanilha (PPB-TO), José Roberto Arruda (PSDB-DF), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Emília Fernandes (PTB-RS) e José Fogaça (PMDB-RS) aprovaram o voto facultativo, e os senadores Edison Lobão (PFL-MA) e Hugo Napoleão (PFL-PI) optaram pelo voto obrigatório.

Por sugestão de Arruda, a

comissão adiou a votação de proposta do relator que mantém a eleição em dois turnos apenas para o cargo de presidente da República. A comissão volta a reunir-se na próxima quinta-feira, para discutir estes outros itens da reforma político-partidária: segundo turno, imunidade, mandato de senador e suplente.

Por sugestão de Emília Fernandes, depois de votado o parecer do relator, a comissão se pronunciará sobre projetos que tratem de assuntos correlatos. Emília quer uma manifestação sobre projeto de sua autoria que torna obrigatória a referência ao sexo dos eleitores, nas fichas de inscrição partidária, e dos candidatos, nas cédulas eleitorais e painéis de urnas eletrônicas.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, JEFFERSON PERES E GERALDO MELO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães - **1º Vice-Presidente:** Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise - **1º Secretário:** Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio - **3º Secretário:** Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho -

Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O *Jornal do Senado* é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

Jornal do Senado

Órgão do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996)
- **Endereço:** Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - **Telefones:** (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz e Wesley Carvalho

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio Essucy

Revisão - João Ribeiro e Fernando Varela

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.